ENTRE A RUPTURA E A ADAPTAÇÃO: O GOVERNO BOLSONARO FRENTE AO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Karelly Roncolato[1]

Resumo: Este artigo investiga a dinâmica das relações entre os poderes Executivo e Legislativo durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), analisando a tensão entre o discurso inicial de ruptura antissistema e a posterior adaptação institucional. Por meio de um estudo de caso descritivo-analítico, a pesquisa demonstra que a estratégia primária do Executivo foi o isolamento institucional, caracterizado pela recusa em distribuir pastas ministeriais para a formação de coalizões e pela priorização de perfis militares, o que resultou em severa paralisia decisória e em uma baixa taxa de sucesso legislativo em 2019. Diante de um Congresso altamente fragmentado e do risco real de *impeachment*, o governo foi forçado a reconfigurar sua governabilidade, transferindo o controle da articulação política e orçamentária para a cúpula do Legislativo, notadamente por meio do controle das emendas de relator (RP9). Esse arranjo consolidou uma autêntica "coalizão fantasma" de autodefesa, na qual o apoio parlamentar não se deu de forma programática, mas estritamente instrumental, funcionando como uma blindagem política. Conclui-se que o governo instaurou um verdadeiro "presidencialismo de sobrevivência". Neste modelo, diferentemente do presidencialismo de coalizão tradicional, o Executivo abdicou de suas prerrogativas institucionais e da formulação de políticas públicas, mobilizando a máquina orçamentária e a entrega de ministérios palacianos com o único objetivo de evitar a sua destituição, reconfigurando profundamente os alicerces operacionais da política brasileira.

Palavras-chave: Presidencialismo de Coalizão; Relação Executivo-Legislativo; Emendas Parlamentares; RP9; Governo Bolsonaro.

BETWEEN RUPTURE AND ADAPTATION: THE BOLSONARO ADMINISTRATION AND COALITION PRESIDENTIALISM

Abstract: This article investigates the dynamics of Executive-Legislative relations during the Jair Bolsonaro administration (2019-2022), analyzing the tension between an initial anti-establishment rupture discourse and the subsequent institutional adaptation. Through a descriptive-analytical case study, the research demonstrates that the Executive's primary strategy was institutional isolation, characterized by a refusal to distribute ministerial portfolios for coalition-building and a prioritization of military profiles. This resulted in severe decision-making paralysis and a low legislative success rate in 2019. Facing a highly fragmented Congress and the real risk of impeachment, the government was forced to reconfigure its governability, transferring the control of political and budgetary articulation to the leadership of the Legislature, notably through the control of rapporteur amendments (RP9). This arrangement consolidated an authentic self-defense "phantom coalition", in which parliamentary support was not

[1] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: karellyroncolato0@gmail.com

programmatic, but strictly instrumental, functioning as a political shield. The study concludes that the government established a true “survival presidentialism”. In this model, unlike traditional coalitional presidentialism, the Executive abdicated its institutional prerogatives and public policy formulation, mobilizing the budgetary apparatus and the allocation of inner-cabinet ministries with the sole objective of avoiding destitution, thereby profoundly reconfiguring the operational foundations of Brazilian politics.

Keywords: Coalition presidentialism; Executive-Legislative relations; Parliamentary amendments; RP9; Bolsonaro administration.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal a análise, interpretação e verificação de como o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) se adequou – positiva ou negativamente – ao sistema governamental existente na conjuntura brasileira hodierna. O presidencialismo de coalizão é um dos traços mais significativos e característicos da política brasileira. O termo refere-se ao mecanismo usado pelo chefe do executivo durante seu período de mandato, visando conquistar apoio dos parlamentares do legislativo em suas propostas governamentais, em troca de favores e/ou benefícios (Abranches, 1988). A capacidade de formar coalizões com outros partidos, dentro do modelo institucional brasileiro, é uma característica fundamental para que o presidente consiga implementar sua agenda eleitoral durante o período de seu governo.

Entretanto, as bases deste modelo institucional estão dispostas sobre uma preponderância de um Executivo forte sobre um Legislativo fragmentado que se dispõe a votar de maneira disciplinada. Não obstante, a alta fragmentação partidária e a alta capacidade dos líderes partidários de garantir que seus parlamentares votem com o governo também são pilares institucionais necessários para que se formem maiorias (Limongi; Figueiredo, 1998).

Paralelamente, as regras eleitorais instalaram um modelo de representatividade proporcional por estados, onde cada representante se comporta de acordo com a expectativa de seu público, visando à reeleição pelos seus espectadores, sendo este seu principal motor de conduta parlamentar (Mayhew, 1974). Porém, no governo Jair Bolsonaro, essa conexão eleitoral atingiu seu ápice institucional através da captura do orçamento via emenda de relator (RP9). Esse arranjo permitiu uma distribuição de recursos sem transparência, atendendo aos interesses das bases parlamentares em detrimento da agenda programática do Executivo (Silva; Teixeira, 2022). Essas características criaram um espaço privilegiado para articulações políticas, das quais os parlamentares passaram a depender do recurso para sustentar as bases que os elegeram.

O então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, havia feito uma campanha superficial, retraída. A fuga sistemática de debates, uso reiterado das redes sociais como palanque e o forte discurso antissistema – sistema caracterizado, principalmente, pelo

presidencialismo de coalizão – foram as bases eleitorais para sua campanha (Parzianello, 2020). Protestos que já aconteciam no país desde 2013, reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff e sua posterior queda possibilitaram uma profunda crise institucional que viria a criar um intenso e complexo realinhamento político de poder, que possibilitaria a vitória eleitoral da extrema-direita brasileira, sob a figura de Jair Bolsonaro.

O presidencialismo, por definição, baseia-se nas características de que o presidente é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de Governo e, além disso, há uma separação clara de poderes estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ademais, a relação do chefe do poder executivo com o Legislativo é imprescindível, configurando a base da coalizão a ser articulada pelo presidente. Entretanto, a reiterada negação de Bolsonaro, não só durante sua campanha eleitoral que o elegeria, mas também durante seu mandato presidencial, seria uma recusa à possibilidade de governar sob o viés do molde institucional brasileiro. Bolsonaro teria feito, então, um presidencialismo de "omissão" e não de coalizão, segundo Limongi (Machado, 2023). Após a vitória, como prometido durante seu palanque eleitoral, houve um profundo realinhamento político principalmente dos ministérios palacianos e temáticos, com uma retórica antissistema que visava a desinstitucionalização dos mecanismos tradicionais de governabilidade (Arruda, 2024).

O sistema de execução orçamentária e algumas emendas à constituição que foram aprovadas antes e durante seu governo mudaram radicalmente como o Executivo lidava com as emendas – e com o próprio Legislativo –, colocando-as como obrigatórias para o primeiro (EC n° 86/2015). O que configurou um acirramento e desgaste entre poderes caso algum desses não conseguisse concordar com o planejamento orçamentário.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso descritivo-analítico, utilizando uma abordagem metodológica mista. A coleta de dados quantitativos baseou-se em dados secundários a partir do levantamento da produção legislativa estruturado pelo veículo *Poder360* (Maia; Roscoe, 2019), comparando o número de

Propostas de Emendas à Constituição (PECs), Projetos de Lei (PLs) e Medidas Provisórias (MPs) apresentados pelo Poder Executivo e efetivamente sancionados em 2019, primeiro ano de mandato.

Complementarmente, realizou-se uma análise documental de textos constitucionais (EC 86/2015, EC 100/2019 e EC 105/2019) para compreender as mudanças nas prerrogativas orçamentárias. Para contextualizar a dinâmica política e a formação de maiorias *ad hoc*, utilizou-se a técnica de *clipping* de notícias em veículos de grande circulação, como PODER360, G1, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, filtrados pelas chaves 'emendas de relator', 'orçamento secreto', 'RP9' e 'presidencialismo de coalizão', abrangendo o intervalo temporal de janeiro de 2019 a dezembro de 2022. O recorte metodológico para a seleção dos veículos baseou-se na relevância de sua capilaridade sobre a opinião pública e na capacidade de refletir o cenário político institucional do período. Buscou-se contemplar veículos de diferentes matrizes editoriais e ideológicas, garantindo a pluralidade na observação dos fatos e mitigando vieses partidários na cobertura das tensões entre os Poderes. A análise foi conduzida pela triangulação de dados, confrontando a literatura clássica do presidencialismo de coalizão com as evidências de desinstitucionalização observadas no período e as métricas orçamentárias obtidas. Por fim, os dados orçamentários são baseados em relatórios da Consultoria de Orçamento da Câmara em conjunto com o site Central de Emendas (2025).

2.2 O Isolamento Institucional e a Paralisia Decisória

A governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro historicamente dependeu de dois pilares centrais: o controle discricionário do orçamento e a distribuição de cargos no primeiro escalão. Tradicionalmente, o Poder Executivo utilizava a liberação de emendas parlamentares como instrumento de recompensa e punição para gerenciar sua base de apoio no Congresso Nacional. Contudo, uma série de reformas institucionais iniciadas antes e durante o mandato de Jair Bolsonaro alterou radicalmente esse equilíbrio.

A aprovação da Emenda Constitucional n° 86/2015 (Orçamento Impositivo) retirou do presidente a capacidade de barrar a execução de emendas individuais, tornando-as obrigatórias. Esse processo de perda de controle orçamentário foi

aprofundado durante o governo Bolsonaro com as ECs nº 100/2019 e nº 105/2019, que tornaram impositivas as emendas de bancada e autorizaram a transferência direta de recursos a entes federados sem a necessidade de convênios com ministérios. Na prática, essas medidas esvaziaram o poder de barganha do Planalto, reduzindo a dependência dos parlamentares em relação às decisões do Executivo para o atendimento de suas bases eleitorais.

Paralelamente ao esvaziamento orçamentário, o governo Bolsonaro optou por uma estratégia de desinstitucionalização da coordenação política ao renegar o loteamento partidário da Esplanada dos Ministérios em nome de um discurso antissistema. Embora a literatura clássica aponte a inviabilidade de governar de forma isolada no sistema brasileiro, o governo priorizou nomeações baseadas em critérios técnicos e militares em detrimento da representação político-partidária. Analisaremos, então, a estrutura dos ministérios durante o seu primeiro ano de mandato, 2019.

Tabela 1 – Distribuição ministerial

Ministério/Pasta	Ministro	Tem mandato?
Casa Civil	Onyx Lorenzoni	Deputado Federal (DEM-RS)
Fazenda	Paulo Guedes	Não
Justiça e Segurança pública	Sérgio Moro	Não
Defesa	Fernando Azevedo e Silva	Não
Relações Exteriores	Ernesto Araújo	Não
Ciência e Tecnologia	Marcos Pontes	Não
Mulher, Família e Direitos humanos	Damares Alves	Não
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Tereza Cristina[2]	Deputada Federal (DEM-MS)
Minas e Energia	Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior	Não
Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União	Wagner de Campos Rosário	Não
Saúde	Luiz Henrique Mandetta	Não, Ex-deputado
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio	Deputado Federal (PSL-MG)
Educação	Ricardo Vélez Rodríguez	Não
Secretaria-Geral da Presidência	Gustavo Bebianno	Não
Meio Ambiente	Ricardo Salles	Não

[2] A deputada chegou a liderar o PSB, mas foi destituída em outubro de 2017 por ser contrária à denúncia contra o ex-presidente Michel Temer, que acabou enterrada pela Casa. O partido depois tentou expulsar a antiga líder por ter votado a favor da reforma trabalhista, e ela acabou migrando de legenda partidária.

Cidadania (Cidadania e Ação Social)	Osmar Terra	Deputado Federal (MDB-RS)
Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas	Não
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto	Não
Secretaria de Governo	General Carlos Alberto dos Santos Cruz	Não
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	General Augusto Heleno	Não

Fonte: Elaboração própria

Ao observar a relação de ministros com mandatos no Legislativo, é possível perceber uma carência de ministros os quais são advindos do Congresso Nacional. A indicação ministerial seria uma das principais ferramentas disponíveis ao presidente para criar uma coalizão estável e garantir a governabilidade (Baião; Couto; Jucá, 2018). O governo Bolsonaro rompe, portanto, com a lógica tradicional de utilização dos ministérios como plataforma de formação de coalizões. Inaugura, ainda, uma ampla participação de militares, que não só ocuparam cargos-chave no governo, como estiveram à frente de pastas centrais de coordenação política, a exemplo da Casa Civil e da Secretaria de Governo.

Para mensurar a governabilidade e a capacidade de articulação política do Executivo, esta pesquisa utiliza a Taxa de Sucesso Legislativo. O caminho analítico consistiu no levantamento quantitativo de todas as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Projetos de Lei (PLs) submetidos pelo Presidente da República ao Parlamento em 2019.

O cálculo da taxa considerou a proporção de matérias aprovadas em relação ao total enviado. Para conferir rigor à análise, os resultados obtidos foram submetidos ao método comparativo, utilizando como baliza a produtividade legislativa de governos anteriores. Esse indicador permite verificar empiricamente se a estratégia de abdicar de coalizões ministeriais tradicionais resultou em isolamento institucional ou se foi compensada por outros mecanismos, como a execução orçamentária via RP9.

$$Taxa\ de\ Sucesso = \left(\frac{Propostas\ Aprovadas}{Propostas\ Enviadas}\right) \times 100$$

Analisaremos, então, o fluxo de trabalhos legislativos e a aprovação ou não de propostas enviadas ao Congresso Nacional por parte do Executivo. A análise

quantitativa do fluxo se dá por: as enviadas, que correspondem a 72 propostas, e as aprovadas, que, dentre essas 72, estão
apenas 14, o que corresponde a 19,44%. Uma porcentagem baixíssima comparado com diferentes começos de mandatos de presidentes. O único governo que aprovou menos projetos que o de Jair Bolsonaro (PSL), foi o de FHC, em seu 2º mandato – em 1999, o Executivo enviou 47 propostas e só conseguiu liquidar 6, ou seja, uma produtividade de 12,77% (Maia; Roscoe, 2019). A baixíssima produtividade com as propostas vindas do presidente pode, consequentemente, ser explicada pela relutância do então chefe do Executivo em firmar coalizões coesas e claras por intermédio das indicações ministeriais. Além disso, a presença de militares em ministérios palacianos dificultou a articulação do governo com o Congresso e com os parlamentares (Arruda, 2024). A consequência direta disso foi não possuir uma base governista coesa no Legislativo, uma incapacidade produtiva no que tange à imposição da própria agenda do Executivo e uma incapacidade governamental. O governo tentou ainda, dado este cenário, governar por meio das Medidas Provisórias, entretanto o Congresso Nacional as deixava caducar ou as mudava completamente, o que já demonstrava sinais de isolamento e resistência das casas legislativas.

Entretanto, é imperativo reconhecer as limitações metodológicas inerentes a este indicador: a métrica atribui peso unitário a todas as proposições, não diferenciando matérias de alto impacto estrutural daquelas com relevância administrativa menor. Adicionalmente, o índice não captura a "antecipação estratégica", quando o Executivo omite o envio de projetos por prever derrotas iminentes no plenário. Contudo, a utilização da referida taxa justifica-se neste estudo não para aferir a qualidade ou a relevância da agenda aprovada, mas para evidenciar empiricamente o agudo grau de paralisia decisória. O índice de apenas 19,44% em 2019 reflete um bloqueio institucional tão severo que a própria capacidade quantitativa de tramitação ordinária foi asfixiada, corroborando o prognóstico da desinstitucionalização inicial do governo.

O acirramento das tensões institucionais manifestou-se na retórica presidencial quando, em junho de 2019, Bolsonaro afirmou que o Congresso Nacional pretendia transformá-lo em uma "Rainha da Inglaterra" (Pereira, 2020). Sob a ótica analítica, essa metáfora sinaliza a percepção de esvaziamento das prerrogativas de governo do Executivo frente a um Legislativo que, em ao menos oito oportunidades naquele ano,

tomou decisões de forma autônoma e sem o respaldo do Poder Executivo. Dentre elas estão: Decreto das armas, Demarcação de terras indígenas, Abuso de autoridade, Transferência do Coaf para Sérgio Moro, Excludente de ilicitude, Orçamento impositivo das emendas do Congresso (esta, inclusive, sendo a mais importante para a análise do presente trabalho), Fim da obrigação de publicar balanço em jornais impressos e o Sigilo de informações. Essas ações podem, também, ser vistas como uma maneira de o Legislativo resistir às ações de Bolsonaro de não estar aberto à formação de coalizões, sobretudo, nas pastas ministeriais. Em outras palavras, o Parlamento demonstrou poder e resistência às atitudes do presidente.

Paralelamente, é necessário a este presente trabalho a análise do Congresso Nacional e seus comportamentos ante as emendas parlamentares. A tabela corresponde às Eleições 2018[3]

Tabela 2 – Legendas partidárias eleitas na Câmara dos Deputados

Posição do Partido	Partido	Número de Deputados[4]	Percentual da Câmara dos Deputados
1ª	Partido dos Trabalhadores (PT)	54	10.53%
2ª	Partido Social Liberal (PSL)	52	10.14%
3ª	Partido Progressistas (PP)	38	7.41%
4ª	Partido Social Democrata (PSD)	35	6.82%
5ª	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	34	6.63%
6ª	Partido República (PR)[5]	33	6.43%
7ª	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	32	6.24%
8ª	Partido Republicano Brasileiro (PRB)	30	5.85%
9ª	Democratas (DEM)	29	5.65%
10ª	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	29	5.65%

[3] O pleito de 2018 foi o primeiro com a vigência da cláusula de barreira.
[4] Apesar do pleito de 2018 ter elegido um número X de deputados por partidos diversos, esse número pode variar até a diplomação. Isso porque, podem ocorrer: migração de partido, dentro da janela partidária ou não, substituições de mandato vacantes para suplentes e, ao que mais corresponde numericamente ao nosso estudo, fusão, criação ou incorporação de partidos.
[5] O Partido República (PR) teve sua mudança de nome confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 2019 para Partido Liberal (PL).

11ª	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	28	5.46%
12ª	Solidariedade (SD)	13	2.53%
13ª	Podemos (PODE)	11	2.14%
14ª	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	10	1.95%
15ª	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	10	1.95%
16ª	Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	9	1.75%
17ª	Partido Novo (NOVO)	8	1.56%
18ª	Partido Popular Socialista (PPS)	8	1.56%
19ª	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	8	1.56%
20ª	Partido Social Cristão (PSC)	8	1.56%
21ª	AVANTE	7	1.36%
22ª	Partido Humanitarista da Solidariedade (PHS)	6	1.17%
23ª	Patriota	5	0.97%
24ª	Partido Republicano Progressista (PRP)	4	0.78%
25ª	Partido Verde (PV)	4	0.78%
26ª	Partido da Mobilização Nacional (PMN)	3	0.58%
27ª	Partido Trabalhista Cristão (PTC)	2	0.39%
28ª	Democracia Cristã (DC)	1	0.19%
29ª	Partido Pátria Livre (PPL)	1	0.19%
30ª	Rede Sustentabilidade (REDE)	1	0.19%

Fonte: Elaboração própria com dados do G1 (Caesar, 2018).

Para a compreensão da fragmentação do modelo institucional político brasileiro, a análise baseia-se no cálculo das bancadas no Congresso Nacional, derivado de um sistema eleitoral proporcional e de lista aberta. O cálculo da quantidade de parlamentares por partido é feito através do Quociente e do Coeficiente Eleitoral. A aplicação desses critérios matemáticos resulta na configuração partidária detalhada na Tabela 2, evidenciando a necessidade estrutural de formação de coalizões, uma vez que nenhum partido detém, isoladamente, a maioria absoluta das cadeiras para governar sozinho. Ademais, o percentual de bancada é calculado pela quantidade de

parlamentares eleitos pela quantidade total de parlamentares, multiplicado por 100 para transformação percentual.

$$Percentual\ da\ bancada = \left(\frac{N°\ de\ parlamentares\ eleitos\ pela\ legenda}{N°\ total\ de\ parlamentares\ (513)}\right) \times 100$$

Adicionalmente, o *número efetivo de partidos* (NEP) (Laakso; Taagepera, 1979), calculado através da formula abaixo permite, matematicamente, quantificar o nível de fragmentação do Congresso Nacional durante a legislatura iniciada em 2019. Diferente da simples contagem nominal de legendas, o NEP pondera o peso relativo de cada partido de acordo com sua representação proporcional. Essa métrica oferece uma medida precisa da fragmentação real e, consequentemente, dos custos de coordenação política e governabilidade enfrentados pelo Poder Executivo no período analisado.

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^{n} s_i^2}$$

Onde:

N: é o Número Efetivo de Partidos (NEP)

s_i: é a proporção de cadeiras ocupadas pelo partido i (em decimal, ex.: 10%=0,10)

n: é o número total de partidos com representação

Isto posto, o NEP de 2019 equivale a aproximadamente 16,5. Esse valor representa uma fragmentação extrema, sendo a mais alta registrada desde a redemocratização, mesmo considerando as diferentes regras eleitorais de legislaturas passadas (Nicolau, 2023). Do ponto de vista da governabilidade, tal índice traduz-se, invariavelmente, em um custo de coordenação mais elevado para o chefe do Executivo, uma vez que a construção de maiorias exige a negociação com um número significativamente maior de legendas e interesses heterogêneos. Além disso, isso reforça a literatura clássica (Limongi; Figueiredo, 1998) de que o sistema proporcional

brasileiro impõe o dilema institucional da coalizão, principalmente neste momento de profunda fragmentação partidária no Poder Legislativo.

A principal proposta do governo para aquele ano, a PEC n°6/2019 (Reforma da Previdência), encontrou resistência dos parlamentares no Congresso. Essa dificuldade derivou, em grande medida, da opção do governo em abdicar do uso de pastas ministeriais como instrumento de formação de coalizão em um Congresso extremamente fragmentado, o que isolou os ministérios palacianos na articulação junto ao Colégio de Líderes (Arruda, 2024). Sob um cenário de derrota iminente da proposta, o governo se viu pressionado e precisou utilizar de uma tática antiga na política brasileira – liberação de emendas parlamentares. De acordo com dados do Tesouro Nacional, foram liberadas R$2,5 bilhões de reais em emendas individuais, liberadas nos primeiros cinco dias de julho, que contemplaram, em quase sua totalidade, partidos fisiológicos do Congresso (Doca; Ventura, 2019). O montante volumoso, em um espaço de tempo curto, traduz-se em uma dificuldade de articulação entre o governo e o Legislativo. Entretanto, apenas o montante oneroso de moeda não foi – e não seria – o suficiente para a aprovação da agenda do Executivo, houve a necessidade de um articulador para que as negociações pudessem, enfim, se concretizarem. Afinal, até o momento, existia a vacância de um articulador propriamente dito, visto que, o Presidente detinha minoria no Congresso, abdicou da distribuição e ministérios e os ministérios palacianos encontravam resistência na articulação governamental.

O aumento da fragmentação partidária, como visto tanto pelo índice NEP de 16,5, quanto pela tabela 2, indica ainda maior complexidade de coordenação da agenda presidencial no parlamento e na tentativa da criação de uma coalizão governista (Abranches, 2021). Em conjunto com esses fatores, a presença exacerbada de militares em cargos de alto escalão e o baixo apoio popular advindo da queda do impulso da vitória eleitoral (Abranches, 2021 e Arruda, 2024), Bolsonaro detinha de poucas peças do jogo político para conseguir articular sua principal agenda para aquele ano, sendo uma delas o orçamento, que encontrava-se sob severa restrição. Como resultado, Bolsonaro foi obrigado não apenas a expandir o gasto fiscal para a administração de maiorias pontuais, mas também a transferir o protagonismo decisório para o Legislativo. Essa dinâmica isentou o Congresso de responsabilidades institucionais e, consequentemente, deixou o Executivo incapacitado de impor sua própria agenda.

O esvaziamento da capacidade articuladora dos ministérios palacianos resultou, portanto, em um protagonismo direto de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados à época, como coordenador estratégico da pauta, transmutando essa em uma pauta legislativa e não apenas do governo. Consolidou-se, desta forma, na necessidade de um articulador real, sob a figura da presidência da Câmara dos Deputados, e do aporte monetário do orçamento.

O Presidente da Câmara, então, pautou a proposta, já com um melhor cenário para a possível aprovação, algo que se concretizou, com seu partido, o Democratas, votando a favor em sua totalidade. Para melhor compreensão da votação em primeiro turno da PEC, temos:

Tabela 3 – Votos para a PEC da Previdência

Partidos	Bancada	Presentes	Sim	% votos a favor na bancada	Não	% votos contra na bancada
PT	54	54	0	0,0%	54	100,0%
PSL	53	52	52	98,1%	0	0,0%
PL	39	38	37	94,9%	1	2,6%
PP	39	39	37	94,9%	2	5,1%
PSD	36	36	34	94,4%	2	5,6%
MDB	34	34	34	100,0%	0	0,0%
PSB	32	32	11	34,4%	21	65,6%
PRB	31	31	28	90,3%	3	9,7%
DEM	30	30	30	100,0%	0	0,0%
PSDB	29	29	28	96,6%	1	3,4%
PDT	27	27	8	29,6%	19	70,4%
Solidariedade	14	14	13	92,9%	1	7,1%
PTB	12	12	12	100,0%	0	0,0%
Podemos	11	10	10	90,9%	0	0,0%
PROS	10	10	7	70,0%	3	30,0%
PSOL	10	10	0	0,0%	10	100,0%
Cidadania	8	8	8	100,0%	0	0,0%
NOVO	8	8	8	100,0%	0	0,0%
PCdoB	8	8	0	0,0%	8	100,0%
PSC	8	8	7	87,5%	1	12,5%
Avante	7	7	6	85,7%	1	14,3%
Patriota	5	5	5	100,0%	0	0,0%
PV	4	4	2	50,0%	2	50,0%
PHS	1	1	1	100,0%	0	0,0%
PMN	1	1	0	0,0%	1	100,0%

REDE	1	1	0	0,0%	1	100,0%
sem partido	1	1	1	100,0%	0	0,0%
Total[6]	513	510	379	73,9%	131	25,5%

Fonte: PODER 360

Entre atritos políticos e dinâmicas complexas do executivo em implantar sua agenda, surge a maior crise sanitária do século, a pandemia do novo coronavírus, o covid-19. A pandemia aprofundou, ainda mais, uma descentralização institucional que, até aquele momento encontrava-se instável e fragilizada. A ascensão de uma nova legislatura, em 2021, com a substituição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) por Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara dos Deputados, foi vista como um alívio institucional por Jair Bolsonaro (sem partido), que apoiou a candidatura de Lira na Câmara.

2.3 A Delegação Orçamentária e a Institucionalização da Política de Balcão

Arthur Lira personificava a aposta do Planalto para a construção de uma articulação mais coesa com o Congresso. Entretanto, Lira apossou-se da fragilidade articuladora e institucional do Planalto para instaurar e institucionalizar uma nova governabilidade, completamente *congressualmente* centrada, ou seja, o Legislativo com capacidade decisória do Executivo. Essa erosão articuladora do presidente foi germinada ainda durante os primeiros dois anos de mandato de Bolsonaro, como explicitado por este trabalho. Porém, foi com Arthur Lira que ela pôde chegar ao seu ápice, porque o então presidente já não detinha de peças suficientes do jogo político para formar pontes coesas com o Congresso, apenas uma: os ministérios. Bolsonaro iniciou sua campanha presidencial explicitando que alocaria perfis técnicos nos ministérios caso eleito. Após a posse, no entanto, utilizou as pastas palacianas para abrigar ministros militares e, por fim, reduziu o Planalto a uma inoperância articulatória que o obrigou a compartilhar os ministérios com um bloco de partidos fisiológicos, tornando a reaproximação inevitável. Após um acordo com legendas de centro-direita, o governo promoveu uma reforma ministerial na qual entregou a Casa Civil e a Secretaria de Governo para o senador Ciro Nogueira (PP) e a deputada Flávia Arruda (PL), respectivamente (Arruda, 2024).

[6] Observação: os 0,6% faltosos correspondem às abstenções.

Tabela 4 – Rotatividade no Primeiro Escalão e Crises de Coordenação (2020-2021)

Ministério	Ministro Antigo	Tinha mandato?	Novo Ministro	Tem mandato?	Data da Troca
Casa Civil	Luiz Eduardo Ramos	Não, Militar	Ciro Nogueira	Sim, Senador PP-PI	04/08/2021
Secretaria de Governo	Luiz Eduardo Ramos	Não, Militar	Flávia Arruda	Sim, Deputada PL-DF	06/04/2021
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto	Não	Rogério Marinho	Não	11/02/2020
Cidadania	Osmar Terra	Sim, Deputado MDB-RS	Onyx Lorenzoni	Sim, Deputado DEM-RS	18/02/2020
Saúde	Luiz Henrique Mandetta	Não, Ex-Deputado	Nelson Teich	Não	16/04/2020
Saúde	Nelson Teich	Não	Eduardo Pazuello	Não, Militar	15/05/2020
Justiça e Segurança pública	Sérgio Moro	Não	André Luiz Mendonça	Não	29/04/2020
Educação	Abraham Weintraub	Não	Carlos Decotelli[7]	Não	-
Educação	Carlos Decotelli	Não	Milton Ribeiro	Não	16/07/2020
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio	Sim, Deputado PSL-MG	Gilson Machado	Não	09/12/2020

Fonte: Elaboração própria

Como evidenciado na Tabela 4, a alta rotatividade nas pastas e a substituição de perfis militares por políticos com mandato não representaram um mero ajuste administrativo. Trata-se do sintoma empírico da desinstitucionalização do núcleo de governo descrita por Arruda (2024), em que a inoperância articuladora inicial do Planalto forçou a reconfiguração dos ministérios palacianos para estancar a crise de articulação com o Congresso.

Entre essas trocas, é possível perceber que pastas importantes como a da Justiça e da Saúde permaneceram com ministros sem mandatos (os chamados perfis técnicos). Isso aprofundou a crise de articulação entre o governo e o congresso, algo que seria

[7] Carlos Decotelli foi nomeado, mas nunca foi oficialmente empossado devido a controvérsias com seu currículo.

resolvido apenas após o acordo com os partidos de centro-direita, já em 2021. A decisão de Ciro Nogueira (PP-PI) para comandar um ministério articulador foi uma peça-chave para que o governo conseguisse sobreviver. O senador era presidente do Progressistas (PP), partido de Arthur Lira (PP-AL). Essa distribuição ministerial selou o controle do partido no coração administrativo do governo.

A escolha de Flávia Arruda (PL-DF) para comandar um ministério palaciano foi, também, extremamente simbólica após o acordo com partidos fisiológicos. A deputada à época era presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), ela era, para o governo, o elo necessário entre a urgência da coordenação orçamentária, via RP9, e a sobrevivência política do governo no Legislativo. Sua indicação foi, para além de política, técnica. Como dito, antes de assumir o ministério, a deputada era presidente da CMO do Congresso. No comando da comissão, a deputada tinha toda a expertise, conhecimento técnico e processual sobre o fluxo de verbas, especialmente das Emendas de Relator (RP-9). Quando Jair Bolsonaro (sem partido) decide fechar um acordo com as legendas não-programáticas e indicá-la a um de seus principais ministérios palacianos (Arruda, 2024), ele traz para dentro de seu governo a principal peça operacional da coordenação orçamentária via RP9. A atuação da deputada, através do seu conhecimento orçamentário, possibilitava saber com exatidão o momento de liberar ou não os recursos para que os parlamentares acompanhassem o governo nas votações no Legislativo, bem como para garantir a fidelidade dos parlamentares em pautas críticas ao governo, criando uma *coalizão legislativa fantasma* (Helmke; Levitsky, 2006).

A dinâmica das emendas de relator transmutou a "política de balcão" descrita por Bezerra (2018). Historicamente, esse "balcão" de negociações particularistas ficava alocado no Executivo, garantindo ao presidente o poder de ditar o ritmo da liberação de recursos em troca de apoio, o que caracterizava o clássico poder discricionário presidencial. A inovação da RP9 foi sequestrar esse balcão e transferi-lo para a cúpula do Legislativo. Ao centralizar a distribuição de recursos nas mãos do Presidente da Câmara, criou-se uma assimetria inédita: o Executivo perdeu sua principal ferramenta de barganha, enquanto o líder do Legislativo passou a controlar o fluxo de sobrevivência política dos parlamentares, tornando o Planalto refém da sua própria base. Esse arranjo

configurou, ainda, uma maior dificuldade na formação e administração do apoio legislativo pelo Planalto.

A captura do orçamento pelas emendas de relator exige uma releitura da literatura clássica sobre o *pork barrel* e o particularismo. Se, na perspectiva de Mayhew (1974), a conexão eleitoral impulsiona os parlamentares a buscarem recursos locais para garantir a sobrevivência nas urnas, no arranjo institucional brasileiro tradicional, como demonstram Limongi e Figueiredo (1998), o Executivo detinha o monopólio dessa distribuição para assegurar e administrar a fidelidade da base. Contudo, a ascensão da RP9 subverteu essa lógica. Ao transferir o controle do orçamento para o Legislativo, institucionalizou-se uma nova face do particularismo e das redes informais de troca descritas por Teixeira e Bezerra (2018), configurando um arranjo que se aproxima fortemente do conceito de "captura do Estado"[8] descrito por Barbosa (2021). O uso estratégico dos recursos pulverizados deixou de ser um instrumento de coordenação do governo e passou a operar como uma engrenagem direta e autônoma de manutenção de mandatos, aprofundando a assimetria entre os Poderes.

2.4 A Sobrevivência Política e a Mutação Institucional: A Lógica da Coalizão Fantasma

Em 2021, o acirramento da crise política e a instalação da CPI da Covid-19 impuseram uma ameaça real de *impeachment*. Foi sob essa lógica defensiva que operou a coordenação orçamentária via RP9, criando o que denominamos aqui de coalizão fantasma. Apoiando-se no conceito de instituições informais de Helmke e Levitsky (2006), essa coalizão caracteriza-se por operar à margem dos mecanismos formais de transparência republicana e de responsabilidade governamental: a exemplo do clientelismo, do particularismo e de redes informais de barganha que frequentemente substituem ou subvertem as regras formais democráticas. No caso brasileiro, se historicamente a governabilidade já dependeu de negociações de bastidores, a dinâmica da RP9 elevou essa informalidade a um novo patamar institucional. Ao contrário de uma coalizão formal, os partidos não assumem o ônus das falhas do governo perante a

[8] Conforme aponta Barbosa (2021), a captura do Estado (*state capture*) é compreendida na literatura contemporânea como uma falha sistêmica em que os arranjos de *accountability* não funcionam adequadamente, permitindo que o desenho institucional seja alterado e operado para servir aos interesses de extração de vantagens e manutenção de poder de redes particulares.

opinião pública, eles oferecem lealdades pontuais e opacas no Legislativo, estritamente condicionadas à manutenção do fluxo discricionário das Emendas de Relator (RP9) gerenciado pela cúpula da Câmara, ou seja, trata-se de uma base governista *ad hoc*.

Conforme analisa Brochado e Oliveira (2025), o apoio das legendas distributivistas a Bolsonaro não foi programático, mas instrumental, funcionando como uma blindagem política alimentada pelas RP9. Este arranjo permitiu que Arthur Lira atuasse como o fiel da balança (Arruda, 2024), no qual o controle da agenda de *impeachment* foi condicionado à manutenção do fluxo orçamentário, consolidando o que se pode chamar de *presidencialismo de sobrevivência*, através de uma coalizão fantasma de autodefesa (Helmke e Levitsky, 2006).

Para compreender a exata dimensão analítica da coalizão fantasma, é fundamental distingui-la do modelo clássico de coalizão formal. Enquanto a coalizão tradicional (Limongi; Figueiredo, 1998) exige o compartilhamento programático do poder, a responsabilidade pública mútua pelos fracassos do governo e a distribuição transparente de ministérios temáticos, a coalizão fantasma opera na total opacidade, à margem dos meios institucionais. Trata-se de uma mutação institucional: ela não é apenas a intensificação do fisiologismo histórico, mas uma inovação defensiva. O clientelismo tradicional operava nas margens do sistema, de forma fragmentada. Sob a RP9, ele foi institucionalizado e centralizado, permitindo que as legendas obtivessem os bônus orçamentários do governo sem arcar com o ônus político de compor formalmente a sua base.

Cabe ressaltar, ainda, que a RP9, em si, constitui uma regra orçamentária formal, prevista na Constituição. A informalidade institucional reside no seu uso opaco e discricionário pela cúpula da Câmara dos Deputados para a barganha de apoio. A coalizão fantasma emerge, portanto, no espaço criado por essa regra formal. Nos termos da tipologia proposta por Helmke e Levitsky (2006), essa dinâmica atua essencialmente como uma instituição informal substitutiva, pois passa a ocupar o vácuo de governabilidade deixado pela ausência de uma coalizão ministerial clássica e, simultaneamente, competitiva, na medida em que subverte e esvazia os mecanismos formais de transparência, responsabilização e impessoalidade na distribuição do orçamento. Sintomaticamente, esse esvaziamento institucional foi o vetor central para

que o Supremo Tribunal Federal declarasse a inconstitucionalidade[9] da prática no final de 2022, referendando, na via judicial, o diagnóstico de que a operacionalização da RP9 violava os preceitos republicanos basilares.

Para evitar a abertura dos processos por parte do Presidente da Câmara, Arthur Lira, o Planalto consolidou o que este trabalho define analiticamente como um presidencialismo de sobrevivência. Diferente do presidencialismo de coalizão tradicional, em que o Executivo distribui recursos para aprovar uma agenda programática, no modelo de sobrevivência o governo abdica da formulação de políticas públicas e mobiliza seus ativos restantes – como os ministérios palacianos cedidos aos partidos fisiológicos e/ou o orçamento público – com o único objetivo de evitar sua destituição (Brochado; Oliveira, 2025). Essa dinâmica desestimulou os partidos de apoio *ad hoc* a persistir com o *impeachment*, algo que interromperia o fluxo monetário. Configura-se, portanto, como uma autêntica coalizão fantasma de autodefesa: sua finalidade primária não reside na aprovação de uma agenda governamental, mas na atuação como um escudo de veto contra processos de responsabilização política, garantindo a sobrevivência do chefe do Executivo em um cenário de esvaziamento de suas prerrogativas institucionais. Na prática, essa base aliada, capitaneada pela Presidência da Câmara, instituiu-se como um verdadeiro *veto player* informal, cuja manutenção do fluxo orçamentário tornou-se a condição obrigatória para garantir a sobrevivência do chefe do Executivo em um cenário de esvaziamento de suas prerrogativas institucionais.

Desta forma, a coordenação de uma presidente da CMO, deputada Flávia Arruda (PL-DF), comprou a sobrevivência política de Jair Bolsonaro. Contudo, o ônus dessa articulação foi a paralisia na formulação de políticas públicas por parte do Executivo, cuja finalidade exclusiva passou a ser a manutenção de seu próprio mandato.

Esse cenário consolidou, portanto, Arthur Lira (PP-AL) como um articulador pleno, responsável por gerir e garantir o fluxo de recursos aos parlamentares aliados, preservando a coesão da base governista sem a necessidade de intermediação direta do Presidente da República. Lira passa a operar sob a lógica da política de balcão (Texeira; Bezerra, 2018) inédita, na qual os parlamentares tornam-se dependentes de

[9] Julgamento conjunto das ADPFs 850, 851, 854 e 1014, em dezembro de 2022.

sua discricionariedade na alocação de verbas essenciais para as bases eleitorais, algo que, na cronologia orçamentária, era prerrogativa presidencial. Tal dinâmica elevou a prática de *pork barrel politics* a patamares de centralidade inéditos, transferindo o eixo da governabilidade do Palácio do Planalto para a cúpula do Legislativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho confirmam que a tentativa inicial de Jair Bolsonaro em governar à margem dos pilares do presidencialismo de coalizão resultou em um acentuado déficit de governabilidade e paralisia decisória. Ao privilegiar uma retórica antissistema voltada à desinstitucionalização dos mecanismos tradicionais de articulação política, o Executivo abdicou das ferramentas clássicas de formação de maiorias em seu primeiro ano de mandato. Como consequência empírica dessa opção pelo isolamento institucional, observou-se uma paralisia na imposição da agenda programática, materializada em uma taxa de sucesso legislativo baixa em 2019 e na delegação direta da articulação política a um terceiro. A inabilidade na articulação política reduziu o poder de decisão presidencial, somada aos obstáculos no planejamento orçamentário. O cenário realinhou, portanto, o articulador pleno da agenda institucional, possibilitando a ascensão do cargo de Presidente da Câmara como principal detentor das prerrogativas do executivo.

Após negociar com partidos fisiológicos do Congresso Nacional e distribuir, entre tantos, dois ministérios palacianos, Bolsonaro começa a utilizar-se do orçamento público como escudo institucional para o *impeachment*. A sobrevivência política tornou-se o objetivo central da presidência, tendo as emendas de relator (RP9) como moeda de troca fundamental. O custo político desse arranjo, entretanto, foi a delegação da coordenação da agenda nacional para o Presidente da Câmara dos Deputados, retirando do chefe do Executivo a capacidade de ditar a agenda de políticas públicas no país. Com a expertise técnica da então Presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO) e a influência partidária do Progressistas (PP) no Palácio do Planalto, consolidou-se uma coalizão fantasma baseada em lealdades opacas e pontuais, onde o Executivo abriu mão de formular políticas públicas em prol de sua permanência no cargo.

Adicionalmente, cabe reconhecer as limitações de escopo desta pesquisa. Ao priorizar a análise macroinstitucional da dinâmica orçamentária via emendas de relator

(RP9) e o comportamento da cúpula do Legislativo, o estudo não esgota outras variáveis da relação Executivo-Legislativo do período, como a atuação das frentes parlamentares temáticas, comportamento legislativo individual das bancadas ou a relação com o Judiciário. Tais lacunas, contudo, abrem um fértil horizonte para futuras agendas de pesquisa sobre a desinstitucionalização do presidencialismo de coalizão.

Em última análise, Jair Bolsonaro não superou o sistema, inaugurou, na verdade, uma mutação institucional e estrutural de governabilidade, centrado no Poder Legislativo, em que a Presidência da República se tornou dependente.

Assim, deixou, como herança para as próximas legislaturas, um legado de fragmentação orçamentária e ausência de coordenação legislativa reconfigurando os alicerces operacionais do próprio presidencialismo de coalizão brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. **Revista Eurolatinoamericana de Análisis Social y Político (RELASP)**, Rosario, v. 2, n. 3, p. 67-79, 2021.

ARRUDA, Evelyn Maria Apolinaria Santos. A Presidência de Bolsonaro: Desinstitucionalização e riscos à democracia no núcleo de governo. *In*: **Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**, n. 48, p. 1-23, anual. 2024. Acesso em: 30 abr. 2026.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; JUCÁ, Ivan Chaves. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 25, p. 47-86, jan./abr. 2018.

BARBOSA, Flávio Rodrigues. Resenha de: BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. **Argumentos**, Montes Claros, v. 18, n. 1, p. 265-270, jan./jun. 2021.

BROCHADO, Gabriel Pinho; OLIVEIRA, Juliana. Resiliência não é imunidade: um ensaio crítico sobre “Por que a democracia brasileira não morreu?”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 40, e40011, 2025.

CAESAR, Gabriela. Saiba como eram e como ficaram as bancadas na Câmara dos Deputados, partido a partido. **G1**, São Paulo, 8 out. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-

da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.

CENTRAL DAS EMENDAS. **Dados**. Disponível em: https://www.centraldasemendas.info/dados. Acesso em: 15 nov. 2025.

DOCA, Geralda; VENTURA, Manoel. Governo agiliza liberação de R$2,5 bi em emendas para aprovar reforma da Previdência. **O Globo**, 9 jul. 2019.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (org.). **Informal institutions and democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, abr. 1979.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.

MACHADO, Bruna Ayres. Coalizão e produção legislativa no governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Escola de Ciências Sociais, **Fundação Getulio Vargas**, Rio de Janeiro, 2023.

MAIA, Mateus; ROSCOE, Beatriz. Bolsonaro é o presidente que menos aprovou projetos desde FHC em 1999. **Poder360**, Brasília, 23 dez. 2019.

MAYHEW, David Raymond. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

NICOLAU, Jairo. A reforma da representação proporcional e a fragmentação partidária da Câmara dos Deputados brasileira (2014-2022). **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 22, n. 3, p. 217-241, set./dez. 2023. Acesso em: 30 abril. 2026.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, [S. l.], v. 12, n. 36, p. 49–64, 2020. DOI: 10.23925/v12n36_dossie3.

PEREIRA, Roger. Congresso já fez Bolsonaro de “rainha da Inglaterra” por 9 vezes; e isso pode se repetir. **Gazeta do Povo**, 03 fev. 2020.

PODER360. **Infográfico sobre a votação em primeiro turno da PEC da Reforma da Previdência**. Disponível em: https://graficos.poder360.com.br/fizc5/1. Acesso em: 16 nov. 2025.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 86, p. 1–13, 2022.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Artigo recebido em: 12 de maio de 2026

Aprovado em: 28 de agosto de 2026

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

ABNT

RONCOLATO, Karelly. Entre a ruptura e a adaptação: o governo Bolsonaro frente ao presidencialismo de coalizão. **ZIZ: Revista Discente de Ciência Política**, v. 5, n. 1, e-007, 2026.

APA

Roncolato, K. (2026). Entre a ruptura e a adaptação: o governo Bolsonaro frente ao presidencialismo de coalizão. *ZIZ: Revista Discente de Ciência Política*, 5(1), e-007.

VANCOUVER

Roncolato K. Entre a ruptura e a adaptação: o governo Bolsonaro frente ao presidencialismo de coalizão. ZIZ: Revista Discente de Ciência Política. 2026;5(1):e-007.